

ANEXO I - PROJETO BÁSICO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº DE-018/2025-CMMN
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00001.20250403/0002-28

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PLATAFORMA DIGITAL DAS GALERIAS DOS ATUAIS E EX VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORADA NOVA.

1.2. A contratação será dividida em Item(s), conforme tabela constante abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	CONFIGURAÇÃO E INSTALAÇÃO:	1.0	Serviço
CONFIGURAÇÃO E INSTALAÇÃO DO AMBIENTE DIGITAL PARA A GALERIA DOS ATUAIS E EX VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORADA NOVA			
2	FORNECIMENTO E LICENCIAMENTO DE SOFTWARE	12.0	Mês
FORNECIMENTO E LICENCIAMENTO DE SOFTWARE			

Detalhes do Objeto

- **Criação de Perfis Digitais de Políticos:** Desenvolvimento de perfis completos de figuras políticas relevantes para a história do legislativo municipal de Morada Nova, incluindo biografias, fotos, vídeos, discursos, depoimentos e outros materiais relevantes.
- **Desenvolvimento de Recursos Interativos:** Implementação de QR Codes para tornar a experiência de exploração do acervo digital mais dinâmica e envolvente.
- **Criação de um Portal Online:** Desenvolvimento de um portal online intuitivo e acessível, onde os cidadãos poderão explorar o acervo digital, interagir com o conteúdo e contribuir com suas próprias memórias e informações.
- **Integração com Espaços Públicos:** Instalação de placas com QR Codes em espaços públicos, como a própria Câmara Municipal, praças, ruas e museus, para conectar o acervo digital com o patrimônio físico da cidade.

Este objeto, ao ser implementado, representará um marco na forma como a Câmara municipal de Morada Nova preserva e compartilha sua história, promovendo transparência e participação cidadã.

OBJETIVOS

A presente proposta visa a implementação da plataforma de forma interativa de criar um sistema digital abrangente da história política e cultural de todos do Poder Legislativo Municipal da Câmara Municipal de Morada Nova.

O objetivo de implantação do sistema digital de forma abrangente e interativo servirá como um instrumento de resgate, preservação da memória legislativa, valorização do patrimônio político e fortalecimento da identidade local, utilizando tecnologia de ponta para garantir o acesso democrático à informação e a participação ativa dos cidadãos na construção da história do legislativo municipal de Morada Nova.

Objetivos Específicos

- **Digitalizar e Preservar o Patrimônio:** Converter acervos físicos em formatos digitais, garantindo a preservação de documentos, fotos, vídeos, áudios e outros materiais relevantes para a história do município.
- **Homenagear Figuras Políticas:** Criar perfis digitais completos de políticos que contribuíram para a história de Morada Nova, reconhecendo seus feitos e legados.
- **Fortalecer a Identidade Cidadã:** Tornar a história do município acessível e relevante para todos os cidadãos, promovendo o senso de pertencimento e orgulho local.
- **Estimular o Turismo Cultural:** Criar experiências imersivas e interativas que atraiam turistas interessados na história e cultura de Morada Nova.
- **Promover a Transparência:** Digitalizar e disponibilizar documentos históricos e informações relevantes sobre a história política do município, fortalecendo a relação entre a Câmara Municipal e os cidadãos.
- **Incentivar a Participação Cidadã:** Criar um espaço virtual para que os cidadãos possam contribuir com suas próprias memórias, informações e materiais relacionados à história do município.
- **Educar as Futuras Gerações:** Tornar a história de Morada Nova acessível e relevante para as crianças e jovens, promovendo educação patrimonial e o respeito à memória local.

JUSTIFICATIVA

A implementação da plataforma na Câmara Municipal de Morada Nova se justifica pela necessidade premente de **preservar e democratizar o acesso à história política e cultural do município**. Em um mundo cada vez mais digital, a memória local corre o risco de se perder em arquivos empoeirados e documentos inacessíveis. O sistema surge como uma solução inovadora para este desafio, utilizando tecnologia de ponta para criar um acervo digital dinâmico, interativo e acessível a todos os cidadãos.

Detalhes da Justificativa

- **Valorização da História Local:** A história de Morada Nova é um patrimônio inestimável, que precisa ser preservado e transmitido às futuras gerações. O Legado

oferece uma plataforma para honrar os feitos de políticos que moldaram o município, registrar as tradições culturais e salvaguardar os sítios históricos e arqueológicos.

- **Fortalecimento da Identidade Cidadã:** Ao conhecer a história de sua cidade, os cidadãos desenvolvem um senso de pertencimento e orgulho local. O Legado contribui para o fortalecimento da identidade cidadã, ao tornar a história de Morada Nova acessível e relevante para todos.
- **Estímulo ao Turismo Cultural:** A plataforma Legado tem o potencial de atrair turistas interessados na história e cultura de Morada Nova. Ao oferecer experiências imersivas e interativas, o Legado pode transformar o município em um destino turístico cultural de referência.
- **Transparência e Acesso à Informação:** Em consonância com os princípios da administração pública moderna, o Legado promove a transparência e o acesso à informação. Ao digitalizar e disponibilizar informações históricas e relevantes, a plataforma fortalece a relação entre a Câmara Municipal e os cidadãos.
- **Alinhamento com as Tendências Globais:** A implementação do Legado coloca Morada Nova na vanguarda da preservação da memória. Ao adotar tecnologias de ponta, o município se alinha às melhores práticas mundiais de gestão da informação e preservação do patrimônio cultural.
- **Legado Para as Futuras Gerações:** Ao criar um legado digital, a Câmara Municipal estará fazendo um investimento a longo prazo, garantindo que as futuras gerações tenham acesso à história e cultura do município.

NECESSIDADE

A implementação do Legado atende a uma necessidade urgente de **preservar e democratizar o acesso à história de todos os vereadores que já passaram por esta casa**. Em um contexto de rápida transformação digital, a memória local corre o risco de se perder, tornando-se inacessível às futuras gerações.

Necessidades Latentes

- **Risco de Perda do Patrimônio:** Acervos físicos estão sujeitos à deterioração e perda. A digitalização garante a preservação dos materiais para as futuras gerações.
- **Acesso Limitado à Informação:** A história do município muitas vezes está restrita a arquivos físicos, bibliotecas e museus, limitando o acesso da população à informação. A plataforma Legado democratiza o acesso à história, tornando-a disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano.
- **Desinteresse das Novas Gerações:** As novas gerações, imersas no mundo digital, podem se mostrar desinteressadas pela história local se esta não for apresentada de forma moderna e interativa.

- **Oportunidade de Turismo Cultural:** Morada Nova possui um rico patrimônio histórico e cultural que pode atrair turistas. A plataforma Legado, ao tornar a história do município mais acessível e interessante, pode impulsionar o turismo cultural e gerar benefícios econômicos para a cidade.

PÚBLICO-ALVO

A plataforma Legado, ao ser implementada, terá um público-alvo abrangente e diversificado, incluindo:

- **Cidadãos de Morada Nova:** A plataforma será uma ferramenta fundamental para que os moradores da cidade conheçam sua história, fortaleçam sua identidade e participem da construção do futuro do município.
- **Estudantes e Educadores:** A plataforma Legado será uma valiosa fonte de pesquisa e aprendizado para estudantes de todos os níveis, desde o ensino fundamental até o ensino superior. Educadores poderão utilizar a plataforma para criar aulas interativas e envolventes sobre a história do legislativo do município.
- **Pesquisadores e Historiadores:** A plataforma reunirá um vasto acervo de informações e documentos históricos, tornando-se uma ferramenta indispensável para pesquisadores e historiadores interessados em estudar a história de Morada Nova.
- **Turistas:** O Legado será um atrativo turístico para visitantes interessados em conhecer a história e cultura de Morada Nova. Ao oferecer experiências imersivas e interativas, a plataforma poderá impulsionar o turismo cultural na região.
- **Gestores Públicos:** A plataforma será uma ferramenta útil para gestores públicos, que poderão utilizar as informações e os dados históricos para tomar decisões mais informadas e eficientes.
- **Comunidade Online:** O Legado estará permanentemente disponível online, permitindo que pessoas de todo o mundo conheçam a história do legislativo de Morada Nova.

MODO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A implementação será realizada de forma planejada e organizada, garantindo a eficiência e o sucesso do projeto.

Etapas do Modo de Implantação e Manutenção

1. **Coleta e Organização de Informações:**
 - a. Realização de um levantamento detalhado das informações necessárias para cada perfil digital, incluindo dados biográficos, fotos, vídeos, discursos, depoimentos e outros materiais relevantes.
 - b. Criação de um fluxo de trabalho eficiente para a coleta e organização das informações, garantindo a qualidade e a precisão dos dados.
2. **Criação e Inserção de Conteúdo no Site:**

- a. Utilização da estrutura do site já existente para a criação e inserção dos perfis digitais, garantindo a padronização e a acessibilidade das informações.
 - b. Edição e otimização das fotos e vídeos para garantir a qualidade da exibição no site.
 - c. Criação de textos claros para as biografias e descrições dos materiais históricos.
3. **Geração e Instalação de QR Codes:**
- a. Geração de QR Codes personalizados para cada perfil digital, utilizando ferramentas online ou softwares específicos.
 - b. Impressão dos QR Codes em placas de qualidade e resistência, adequadas para instalação em espaços públicos.
 - c. Instalação dos QR Codes.
4. **Divulgação e Engajamento:**
- a. Realização de campanhas de divulgação para apresentar a plataforma Legado à comunidade, utilizando diferentes canais online de comunicação.
5. **Monitoramento e Avaliação:**
- a. Monitoramento constante do uso da plataforma Legado, através de ferramentas de análise de dados, para avaliar o impacto do projeto e identificar oportunidades de melhoria.
 - b. Realização de pesquisas de satisfação com os usuários para coletar feedbacks e sugestões.

Este modo, deverá ser otimizado para a realidade da Câmara Municipal de Morada Nova, onde deverá garantir a implementação eficiente das informações, tornando-o um instrumento valioso para a preservação da memória e a valorização da história da Câmara Municipal de Morada Nova.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM DESENVOLVIDOS

A implementação do Legado na Câmara Municipal de Morada Nova envolverá a prestação dos seguintes serviços:

1. **Criação de um Acervo Digital Completo e Acessível:**
 - a. Desenvolvimento de perfis digitais ricos em conteúdo para os políticos que marcaram a história de Morada Nova, incluindo biografias, fotos, vídeos, discursos e depoimentos.
 - b. Organização e disponibilização de um acervo digital abrangente e de fácil acesso, que servirá como fonte de pesquisa e aprendizado para cidadãos, estudantes, pesquisadores e turistas.
2. **Geração de Experiências Interativas e Envolventes:**

- a. Criação de QR Codes personalizados que conecta os espaços públicos da cidade com os perfis digitais dos políticos, permitindo que os cidadãos explorem a história da Câmara Municipal de Morada Nova de forma dinâmica e interativa.

3. Fortalecimento da Identidade Local e do Turismo Cultural:

- a. Valorização da história e da cultura de Morada Nova, promovendo o senso de pertencimento e orgulho entre os cidadãos.
- b. Criação de um novo atrativo turístico para o município, impulsionando o turismo cultural e gerando benefícios econômicos para a cidade.

4. Suporte Técnico:

- a. Suporte técnico contínuo para garantir o funcionamento adequado da plataforma e a resolução de eventuais problemas.

CONDIÇÕES DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO

O sistema deverá ser construído sobre uma infraestrutura de servidores de alta performance, garantindo a mais alta qualidade em termos de desempenho, segurança e disponibilidade.

Infraestrutura de Alta Disponibilidade

- **Servidores de Alto Desempenho:** Utilização de servidores de alta capacidade de processamento e armazenamento, assegurando que o Legado opere com velocidade e eficiência, mesmo em momentos de grande acesso.
- **Disponibilidade Contínua:** A infraestrutura garante 99,99% de disponibilidade, assegurando que o Legado esteja acessível aos cidadãos de Morada Nova 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano.
- **Escalabilidade Automática:** O Legado será projetado para escalar automaticamente, adaptando-se às variações de demanda e garantindo que o desempenho não seja comprometido, mesmo em momentos de pico de acesso.

Segurança Robusta

- **Proteção de Dados Sensíveis:** Utilização de tecnologias de segurança avançadas para proteger os dados da plataforma, incluindo criptografia, firewalls e sistemas de detecção de intrusão.
- **Conformidade com Normas de Segurança:** A infraestrutura atende aos mais rigorosos padrões de segurança da informação, garantindo conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis.
- **Backup e Recuperação de Dados:** Realização de backups automáticos dos dados do Legado, garantindo a recuperação rápida e eficiente em casos de falhas ou desastres.

2. DA PESQUISA DE PREÇO

2.1. O Setor de Compras realizou ampla pesquisa de mercado levando-se em consideração todos os detalhes que envolvem o objeto a ser adquirido, e anexa-se ao processo os valores apurados compilados em relatório, que visa subsidiar o Valor de Referência no montante de R\$ R\$ 61.483,29 (sessenta e um mil, quatrocentos e oitenta e três reais e vinte e nove centavos), que norteará as decisões do Agente de Contratação designado para a realização da Dispensa Eletrônica de Licitação, quanto à aceitabilidade das propostas.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A implementação da plataforma na Câmara Municipal de Morada Nova se justifica pela necessidade premente de preservar e democratizar o acesso à história política e cultural do município. Em um mundo cada vez mais digital, a memória local corre o risco de se perder em arquivos empoeirados e documentos inacessíveis. O sistema surge como uma solução inovadora para este desafio, utilizando tecnologia de ponta para criar um acervo digital dinâmico, interativo e acessível a todos os cidadãos.

4. JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

4.1. O valor apresentado na pesquisa de mercado enquadra-se no disposto no Art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021, referindo-se à dispensa de licitação para contratação do objeto demandado neste termo, com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação. O Art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133, de 1 de abril de 2021, dispõe que é DISPENSÁVEL a licitação. O art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 permite a contratação direta, por dispensa de licitação, para outros serviços e compras cujo valor seja inferior ao limite estabelecido em regulamento. Com a publicação do Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, os valores da Nova Lei de Licitações foram atualizados, passando o limite do art. 75, inciso II, a ser de R\$ 62.725,59, (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

4.2. As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão "ressalvados os casos especificados na legislação".

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo 37 inciso XXI da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio trazido para a Administração Pública, via aprovação e sanção de lei na esfera federal, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações

serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Portanto, a lei poderá criar hipóteses em que a contratação será feita de forma direta. O novo regulamento geral das licitações, a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, a exemplo da Lei nº 8.666/93, também prevê os casos em que se admite a contratação direta, podendo a licitação ser dispensável ou inexigível.

A nova Lei de Licitações, sancionada no dia 01 de Abril de 2021, trouxe inovações diversas, inclusive adequou os limites de dispensa de licitação em seu Art. 75, inciso II, que assim preconizou:

Da Dispensa de Licitação - Art. 75, inciso II

O art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 permite a contratação direta, por dispensa de licitação, para outros serviços e compras cujo valor seja inferior ao limite estabelecido em regulamento. Com a publicação do Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, os valores da Nova Lei de Licitações foram atualizados, passando o limite do art. 75, inciso II, a ser de R\$ 62.725,59, (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. Prazo e execução:

5.1.1. O prazo de execução dos serviços é de 12 meses, contados do recebimento da Nota de Empenho, Contrato ou Instrumento equivalente.

5.1.2. Cumprida a obrigação, o objeto da licitação será recebido:

5.1.2.1. Mediante termo, os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, pelo(s) servidor(es) responsável(eis) designado pelo(a) Câmara Municipal de Morada Nova para acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 10 (dezs) dias úteis da prestação do serviço.

5.1.2.2. DEFINITIVAMENTE, mediante termo, em até 15 (QUINZE) dias úteis da emissão do Termo de Recebimento Provisório, pelo(s) servidor(es) responsável(eis) designado(s) pelo(a) Câmara Municipal de Morada Nova, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

5.1.2.2.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser estendido de forma a garantir maior possibilidade ao contratante de verificação da adequação do serviço contratado.

5.1.2.2.2. O referido prazo pode ficar suspenso, ou mesmo ser prorrogado, em eventual discordância das condições de prestação e validação, de modo que a CONTRATADA faça os ajustes necessários de correção, ou apresente as justificativas pertinentes a avaliação realizada.

5.1.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o(s) serviço(s) executado(s) em desacordo com os termos do Projeto Básico.

5.1.4. Se no ato da entrega do(s) serviços a nota fiscal/fatura não for aceita pela Administração, devido a irregularidades em seu preenchimento, será procedida a sua devolução para as necessárias correções. Somente após a reapresentação do documento, devidamente corrigido, e observados outros procedimentos, se necessários, procederá a Administração ao recebimento provisório do(s) serviço(s).

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Nomear Gestor e Fiscais do Contrato para acompanhar e fiscalizar sua execução;

6.1.2. Encaminhar formalmente as demandas de serviços, de acordo com os critérios estabelecidos neste Projeto Básico;

6.1.3. Receber o objeto prestado pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

6.1.4. Supervisionar a execução do objeto do Contrato, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas;

6.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

6.1.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

6.1.7. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços;

6.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

6.1.9. Disponibilizar para a equipe técnica da CONTRATADA os recursos necessários para cumprimento do objeto do Contrato;

6.1.10. Assistir a equipe técnica da CONTRATADA na indicação dos locais de execução dos serviços, como forma de prevenir a ocorrência de danos de qualquer natureza;

6.1.11. Registrar as ocorrências que estejam em desacordo com as condições estabelecidas neste Projeto Básico, solicitando a CONTRATADA a pronta regularização;

6.1.12. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços;

6.1.13. Proceder com a avaliação dos serviços e ateste das respectivas faturas decorrentes.

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Projeto Básico, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

7.1.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

7.1.3. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;

7.1.4. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução dos serviços objeto do Contrato;

7.1.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

7.1.6. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

7.1.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no aviso de dispensa eletrônica de licitação;

7.1.8. Providenciar que seus contratados portem documento de identificação quando da execução do objeto à CONTRATANTE;

7.1.9. Promover a execução dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

7.1.10. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo relatórios e documentação técnica à Administração;

7.1.11. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, julgados necessários à boa gestão do contrato;

7.1.12. Cumprir com os prazos, disposições e especificações estabelecidas neste Projeto Básico;

7.1.13. Repassar aos fiscais do Contrato, em tempo hábil, quaisquer justificativas de situações específicas que envolvam impedimento do cumprimento dos termos do Contrato, por razões alheias ao controle da CONTRATADA;

7.1.14. Comunicar a contratante quaisquer ocorrências que impeçam, mesmo que temporariamente, a execução dos serviços;

7.1.15. Manter identificados todos os materiais e equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;

7.1.16. Apresentar a CONTRATANTE, sempre que exigido pela equipe de fiscalização do contrato, relatórios e outros documentos inerentes à execução dos serviços;

7.1.17. Manter sigilo de todos os dados ou informações da CONTRATANTE obtidas em função da execução dos serviços;

7.1.18. Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído, mantendo-os devidamente identificados;

7.1.19. Orientar-se pelo sigilo do teor de todos os documentos produzidos e abster-se de transferir responsabilidade a outrem;

7.1.20. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

7.1.21. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;

7.1.22. Abster-se de remanejar ou desativar equipamentos ou recursos sem prévia autorização da CONTRATANTE;

7.1.23. Fornecer à sua equipe técnica todos os materiais necessários para a prestação dos serviços;

7.1.24. Responder por quaisquer acidentes de que possam sofrer os seus empregados, quando em serviço nas dependências da CONTRATANTE;

7.1.25. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, quando couber, nos termos das legislações em vigor;

7.1.26. Abster-se de veicular publicidade acerca do contrato, salvo mediante prévia autorização da CONTRATANTE.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) serviço(s) contratado(s), anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o § 2º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que

for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento dos serviços será efetuado em moeda corrente nacional, por meio de emissão de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) atestada(s) pela Administração, na forma e prazo estabelecido neste Projeto Básico.

11.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao Cadastro de Fornecedores para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no aviso de dispensa eletrônica de licitação.

11.6. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao Cadastro de Fornecedores.

11.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \left(\frac{6}{100} \right)$

365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa eletrônica de licitação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica de licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a dispensa eletrônica de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa eletrônica de licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

12.2.3. Multa de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

12.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;

12.2.5. Multa de 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

12.2.6. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato.

12.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas e os profissionais que:

12.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Forencedores.

13. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

13.1. A empresa CONTRATADA deverá garantir, no que couber, o descarte correto e seguro de todos os insumos/itens que forem removidos em manutenções, adotando práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto.

13.2. A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988 .

13.3. A empresa contratada deverá adotar medidas a orientar seus empregados para adotarem condutas e técnicas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas e respeitadas as normas ambientais vigentes.

13.4. É dever da contratada, observar entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos serviços.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



14.1. As despesas correrão a conta de dotações específica do orçamento do(a) Câmara Municipal de Morada Nova, na classificação econômica 0101.01.031.0001.2.001 - Manutenção e Funcionamento da Câmara, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, R\$ 61.483,29 (sessenta e um mil, quatrocentos e oitenta e três reais e vinte e nove centavos); .

Morada Nova/CE, --

**HILMAR SERGIO PINTO DA CUNHA
RESPONSÁVEL**

APROVO o Projeto Básico elaborado, por entender que ele cumpre todos os requisitos necessários para esta contratação.

**HILMAR SERGIO PINTO DA CUNHA
ORDENADOR(A) DE DESPESAS**